



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento
Comunicação Oral

INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: PROPOSTA DE GLOSSÁRIO SOB A ÉGIDE DA SEMÂNTICA DISCURSIVA¹

ETHICAL-RACIAL INFORMATION: A PROPOSAL FOR A GLOSSARY UNDER THE AEGIS OF DISCURSIVE SEMANTICS

Maria Antonia de Sousa, UFPB
mariaantonidade.sousa@gmail.com

Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, UFPB
ebaltar2007@gmail.com

Resumo: O estudo apresentou pesquisa sobre a informação étnico-racial de matrizes africana e afrodescendente. Propôs como objetivo geral analisar a informação étnico-racial na perspectiva da etnia de raízes africana e afrodescendente, a partir da semântica discursiva, visando à conceituação de temas abordados nesse contexto. Por se tratar da identidade negra, o quadro teórico iniciou com o conceito e o sentido de memória que se constituem na relação entre passado e presente e responsáveis pela formação de identidades. O enfoque de memória também evidenciou o elo com a Ciência da Informação. Abordou a informação, com a ampliação de seus significados e a inversão em suas características e o conceito de informação étnico-racial. Destacou a representação da informação e sua evolução. Para a análise dos dados a metodologia utilizada foi a Semântica Discursiva, especificamente os procedimentos semânticos de tematização e figurativização de base greimasiana, responsáveis por extrair as figuras da linguagem natural e por atribuir temas às figuras identificadas. O método evidenciou eficácia na tarefa a que se propunha, de modo que as figuras e os temas se efetivaram como descritores e formaram o glossário, apresentado em forma de quadros. Enfatiza-se a Semântica Discursiva como um método capaz de realizar a tarefa de analisar e representar a informação em destaque. Espera-se que o estudo incentive novos trabalhos que busquem minimizar os efeitos da invisibilidade dessa espécie de informação, pois, assim como o negro, que a despeito de todo avanço, ainda está longe de ser livre de desigualdades, a informação étnico-racial também necessita transitar de forma livre no contexto acadêmico, baseada no princípio da heterogeneidade.

Palavras-chave: Informação étnico-racial. Representação da informação. Glossário. Semântica discursiva.

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

Abstract: The study has presented a research work about the ethnical-racial information of African origin and of African descendants. The proposed general goal is to analyze the ethnical-racial information in the perspective of African-rooted and African-descendant ethnics, parting from Discursive Semantics, aiming at the conceptualization of the themes approached in this context. Since the work addresses black identity, the theoretical frame started with the concept and meaning of memory, which are constituted in the relation between past and present, and responsible for the making of identities. The focus on memory has also revealed the link with Information Science. The work approached information, with a broadening of its meanings and the inversion in its characteristics, and the concept of ethnical-racial information. The representation of information and its evolution were highlighted. Discursive Semantics was the methodology used for the data analysis, specifically the semantic procedures of thematization and figurativization of Greimasian base, responsible for extracting the figures of natural language and for attributing themes to the identified figures. The method showed efficacy at the proposed task, in a way that the figures and themes became effective as descriptors and composed the glossary, which was presented in the form of frameworks. Discursive Semantics is emphasized as a method capable of accomplishing the task of analyze and represent the information in highlight. The study is expected to encourage new works that seek to minimize the effects of the invisibility of this type of information, because, like the black population, which, despite all the progress, is still far from being free of inequalities, the ethnical-racial information also needs to circulate freely in the academic context, based in the principle of heterogeneity.

Keywords: Ethnical-racial information. Representation of information. Glossary. Discursive semantics.

1 INTRODUÇÃO

O panorama da sociedade atual, que utiliza como insumo de desenvolvimento a produção do conhecimento e sua materialização, pressupõe a importância da representação da informação que, embora seja resultado de uma longa evolução, parece expandir-se novamente em direção a novas formas de compreensão e meios de preservação com o surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação ou Tecnologias Intelectuais. Apesar de o assunto já ter suscitado outras propostas de estudo, ainda é possível preencher alguns espaços em branco e construir ferramentas que auxiliem a organização, o registro e a representação da informação. A premência de investimentos nessa linha de investigação é fator preponderante na tarefa de facilitar o diálogo com outras áreas do conhecimento e atender às necessidades de pesquisadores que, por sua vez, precisam compreender a terminologia de sua área de atuação para melhor desenvolver seus estudos.

Diante desses pressupostos, debruçamo-nos sobre a informação étnico-racial. Considera-se informação étnico-racial, neste estudo, o conceito formulado por Oliveira (2010, p. 56), a partir da teoria de Dahlberg, que a define como:

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana.

Utiliza-se essa definição na perspectiva da etnia de raízes africanas e afrodescendentes, por entender que sua articulação com os fundamentos teóricos da Ciência da Informação tem a finalidade de resgatar, disseminar e agregar valor a esse tipo de informação. Acrescente-se a isso o fato de que a disseminação dessa categoria de informação, assim como de outras espécies, acata o princípio da heterogeneidade, culminando na responsabilidade ético-social da Ciência da Informação (AQUINO, 2010, 2011; SANTANA, 2012; SILVA, 2014), porquanto ser através de sua organização e representação que os pesquisadores podem minimizar os efeitos da invisibilidade constatada nesse âmbito (AQUINO, 2009, 2011; FLORES; CAVALCANTI, 2011; SANTANA, 2012; SILVA e AQUINO, 2011; CHAGAS, 2011).

Enfocou-se a invisibilidade conceituada por Cananea (2001), que se embasa na proposta de Critelli (1981), quando esta supõe que os “invisíveis” são aqueles violentados em seus desejos e valores e que sofrem toda ordem de aculturação, entendida como a predominância de uma cultura sobre outra, que se torna periférica, passando a ter a visão de mundo imposta pela cultura dos setores economicamente dominantes da sociedade. Em nota do autor Cananea (2001), esse conceito considera como invisível o “subalterno”, na perspectiva de Gramsci.

A pesquisa destacou o invisível, por óbvio, não sendo visto, mesmo estando presente no ambiente em questão e não fazendo parte do todo e aborda a invisibilidade como consequência da prática de indexação e representação da informação no âmbito das universidades públicas, que ainda não atribuem importância devida à informação étnico-racial na mesma proporção com que valorizam a outros tipos de informação, por exemplo, a da história e a da cultura europeia e de seus representantes.

O estudo também enfocou a invisibilidade enquanto resultado da quantidade incipiente de estudos sobre temas de interesse da população afrodescendente, a citar a história da África e do negro, aqui incluídos cultura, tradições, religião ou idioma da língua materna como condicionantes do sentimento de pertença ou “bem-estar” identitário, uma vez que os pesquisadores das universidades públicas têm dado prioridade e reconhecido como produção de conhecimento apenas os trabalhos que se enquadram em temas universais e que se aproximam do pensamento e práticas eurocêntricas.

Enfatizou-se, por fim, outras áreas da Sociedade Civil que contribuem para a invisibilidade da informação étnico-racial, a exemplo da rede pública de ensino do Estado da Paraíba, que apesar de respaldada em documentos oficiais para tornar obrigatório o tema História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na grade curricular das escolas, ainda não atende

essa obrigatoriedade, e, a julgar pela falta de iniciativas nesse sentido, essa prática ainda está distante de se tornar realidade.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a informação étnico-racial na perspectiva da etnia de raiz africana e afrodescendente, a partir da semântica discursiva, visando à conceituação de temas abordados nesse contexto. Os objetivos específicos foram: a) mapear as fontes de informação; b) identificar descritores; c) elaborar o glossário de informação étnico-racial.

Para afastar a ideia de privilegiar a classe de informação aqui enfocada, e, de forma que respeite a cultura do outro, desejou-se tratá-la de forma equitativa para sua inserção e legitimação enquanto parte integrante do contexto social atual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MEMÓRIA

Para pautar a construção e o desenvolvimento deste estudo, optou-se por iniciar com a ideia de memória proposta por Azevedo Netto (2008c, p. 12) como um “[...] conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto”. Esse mesmo autor dá sentido ao conceito de memória, afirmando que:

A noção de memória está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito, da noção de identidade (AZEVEDO NETTO, 2008c, p. 12).

Rodrigues (2012, p. 49), numa perspectiva antropológica, faz uma relação entre a memória social e a identidade, embasado na obra *Memória e identidade*, de Maurice Halbwachs (2006) ao afirmar que “[...] a identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória coletiva está na base da construção da identidade.” O autor acredita que a memória coletiva fortalece o sentimento de pertença identitária, o que garante, de certa forma, unidade (no sentido de coesão), além de continuidade histórica do grupo.

Nesse particular, fez-se um recorte para dar um enfoque especial para a identidade negra, entendida, aqui, como uma construção social e, de acordo com Gomes (2005, p. 43), “[...] também se caracteriza como histórica, cultural e plural, o que implica a construção do olhar de um grupo étnico-racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico-racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”.

Por sua vez, Diehl (2002, p. 111-112) aborda a dialética entre a memória e a identidade como “[...] a que constitui a chave de compreensão das perspectivas historiográficas que marcam os modos de pensar e reconstituir o passado na atualidade”. Segundo tal autor, a memória não deve ser entendida apenas como uma busca de informações acerca do passado, mas “[...] como um processo dinâmico da própria rememoração”.

Sob essa ótica, de acordo com Oliveira e Rodrigues (2011), as limitações da memória humana fizeram com que o homem buscasse em recursos externos, as memórias artificiais, que serviriam como compensação para o esquecimento e a necessidade de possibilitar o acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo, o que conduziu à criação dos lugares de memória que, por sua vez, se destinariam a preservar os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas, museus etc.

A obra *Memória e Identidade*, de Joel Candau (2012) foi primordial para fazer um elo entre a memória e a Ciência da Informação. O autor justifica a necessidade do homem de registrar seus feitos. Alega que mesmo que suas capacidades memoriais sejam consideráveis, ele nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória. Deste modo:

Recordar, assim como esquecer, é, portanto, operar uma classificação de acordo com as modalidades históricas, culturais, sociais, mas também bastante idiossincráticas, como ilustra o ordenamento evocado por Perec em *Pensar/classificar*. É a partir de múltiplos mundos classificados, ordenados e nomeados em sua memória, de acordo com uma lógica do mesmo e do outro subjacente a toda categorização – reunir o semelhante, separar o diferente – que um indivíduo vai construir e impor sua própria identidade (CANDAU, 2012, p. 84).

O autor ainda acrescenta que “a necessidade de recordar é, portanto, real, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres ‘pobres e vazios’” (CANDAU, 2012, p. 126). Nesse fato reside o objetivo da memória em Ciência da Informação, dentro de seu universo de sentidos. Esta área do conhecimento investiga o funcionamento dos processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação.

Igual relevância é atribuída à preservação memorialista de conteúdos de um determinado grupo de domínio que, na ótica da representação da informação é papel preponderante para eleger os documentos representados, organizados e preservados como suporte para tentar garantir a “imortalidade” tão perseguida pela humanidade, através da ressignificação de acontecimentos e da tentativa de perpetuação dessas informações, de forma que se evite a dispersão informacional. Essa prática permitirá a (re)construção de novos

significados do que foi registrado nesses documentos, e isso se constitui como um meio dinâmico, fruto de um processo organizacional, que dará suporte à formação de identidades.

2.2 INFORMAÇÃO

A trajetória evolutiva do ser humano nos conduziu a transformações e mutações incomensuráveis em todos os setores da vida social. Observou-se, de forma simultânea, a descentralização de populações e de serviços; novas formas e lugares de territorialização, de espaço e de tempo; mudanças de paradigmas; novos comportamentos da sociedade; revoluções socioculturais; aprimoramentos jurídicos, surgimento de novos paradigmas tecnológicos e transformação dos papéis sociais. A família, a economia e a política ganharam novos aspectos. O mundo da cultura e do trabalho tem, hoje, outras formas. A informação passou a ser a “mercadoria” mais valorizada.

É fato notório que a evolução tecnológica alcançou dimensão gigantesca nos últimos tempos e junto com ela, a informação também avançou. A velocidade com que é processada e disseminada é espantosa. De acordo com essa evolução, é forçoso conjecturar se daqui a algum tempo teremos condições de absorvê-la e/ou processá-la de forma proveitosa.

Nesse caso, a sugestão de Holanda e Silva (2012) é pensar em como tornar útil esta informação acumulada pelas novas tecnologias de informação e de comunicação, concebendo a cultura atual como menos linear e com uma atitude mais relacional, através do estímulo e manutenção de uma memória do que está sendo construído no presente, tanto no plano micro quanto no macrossocial, nos ambientes reais e virtuais, mesmo que, futuramente, a opção seja pelo esquecimento. Mas um esquecimento como seleção e não como determinação, figurado principalmente na liberdade de expressão.

2.3 INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Os problemas mais frequentes da coletividade humana parecem ser os mesmos de anos atrás, a exemplo de: desigualdades, miséria, fome, exploração do homem pelo homem, guerras e, em especial, preconceito. Isso também se aplica à luta da comunidade negra, que busca seu espaço nesse mundo excludente, na tentativa de assegurar para si a liberdade, a segurança e a igualdade social.

Até pouco tempo atrás, a tão sonhada liberdade confundia-se com a autonomia da vontade. O indivíduo poderia fazer tudo que não estivesse proibido, elevando o direito subjetivo a um patamar de direito absoluto. A igualdade, modernamente compreendida, precisa superar essa igualdade formal, estabelecida pela *Revolução Francesa*, que tinha como máxima “*Igualdade, Liberdade e Fraternidade*”.

Desta feita, entendemos que a liberdade individual deve ser limitada pelo princípio da solidariedade. Sempre que o exercício da liberdade conflitar com a solidariedade social, há que se operar uma ponderação entre os valores em conflito para, no caso concreto, sem se negar vigência a qualquer deles, constatar qual o que mais se aproxima da promoção da dignidade da pessoa humana, considerando que o princípio da dignidade da pessoa humana é critério basilar para a construção do conceito material de direitos fundamentais de respeito à vida, à liberdade e à igualdade de cada ser humano.

Registre-se que, atualmente, mais que o direito à igualdade, exsurge como fundamental o direito à diferença. Garantia às minorias de se manifestarem livremente, sem a necessidade de terem de adotar comportamentos uniformizantes que lhes descaracterizem como tal, conforme lembra Boaventura de Souza Santos (1997, p. 122): “[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Para Chiriboga (2006, p. 49), o direito à identidade cultural consiste

[...] no direito que todo grupo étnico-cultural e seus membros tem de pertencer a uma determinada cultura e de ser conhecido como diferente, conservar sua própria cultura e patrimônio cultural tangível e/ou intangível e a não ser forçado a fazer parte de outra cultura diferente ou a ser assimilado, ainda que de forma involuntária, por ela.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em sua *Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural* (2001), prescreve, em seu preâmbulo, que a cultura deve ser considerada como

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

O Mesmo diploma legal, sobre o tema *Diversidade Cultural e Direitos Humanos*, em seu artigo 4º, ainda prevê que

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade da pessoa humana. Implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

Para Canclini (2007, p. 41), “a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significações ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social”.

Somada a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996)

preconiza em seu artigo 2º que

[...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Tanto esse artigo quanto outros instrumentos jurídicos e normativos pressupõem o ensino e a educação, e, nesse âmbito está a transferência cultural, como trajeto natural para desenvolvimento de aptidões e potencialidades que possibilitam práticas cidadãs de respeito aos direitos humanos e que reflitam na evolução da sociedade. Dessa forma, acreditamos que a educação, de modo geral, deve ser pautada nos princípios da justiça, da ética e da solidariedade.

É forçoso observar que a comunidade negra já percorreu uma longa caminhada até a atualidade, contudo, a despeito de todo avanço, os negros ainda estão longe de ser completamente livres das desigualdades. Fala-se em ações afirmativas como a de cotas nas universidades públicas e a de obrigatoriedade de educação étnico-racial nas escolas.

Apesar das diversas tentativas de minimização das desigualdades enfrentadas pelos negros, de acordo com a análise multivariada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), entre os incluídos digitais têm-se a seguinte estatística: 79,77% da população branca têm acesso a computadores em dissonância com 15,32% de pardos e 2,42% dos negros. Em termos de acesso, apenas 4% dos negros têm computador em casa. O mapa revela também que se comparado a pessoas indígenas e afrodescendentes, mas com as demais características observáveis idênticas (classe social, escolaridade etc.), a chance de um branco em relação a um não branco de possuir um computador é de 142% (FLORES; CAVALCANTI, 2011, p. 98).

No caso específico do contexto acadêmico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por exemplo, vários estudos já foram feitos e os resultados nos apontam que a produção do conhecimento sobre temas de interesse da população afrodescendente, por exemplo, os conteúdos que dizem respeito à história da África e do negro ainda é (in)visível na memória da ciência da instituição. Um desses estudos é o Projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenado por Aquino (2009), intitulado Memória da ciência: a (in)visibilidade dos(as) negros(as) na produção do conhecimento. Nele, a justificativa para esse tipo de comportamento é de que os pesquisadores dão

[...] prioridade à concepção de ciência que reconhece como produção de conhecimento apenas aqueles trabalhos que se enquadram nos temas

universais. Entretanto, podemos visualizar que os temas mais trabalhados pelos (as) pesquisadores (as) têm como prioridade os estudos sobre a “literatura negra”, a “mulher negra” e “identidade negra”. É certo afirmar que o contexto sociocultural onde estamos situados não é diferente do século XIX quando o Brasil buscava construir sua unidade nacional e identidade, em que a elite branca negava a presença do (a) negro (a) (e índio) apagando da memória os valores culturais de um povo (AQUINO, 2009, p. 5).

Em sua dissertação de mestrado, Santana (2012, p. 20) constatou que as bibliotecas universitárias “[...] ainda não se preocupam adequadamente com a cultura afrocêntrica na mesma proporção com que se preocupa com a cultura eurocêntrica em sua prática de organização e representação da informação.” Em seu trabalho, a autora ressalta a importância de se trabalhar de forma adequada com a informação étnico-racial e esse particular se configura como capital social capaz de transformar em conhecimento, respeitar a cultura do outro, acolher a múltiplas identidades, manter o princípio da heterogeneidade, compreender a diversidade cultural brasileira e reconhecer a nossa sociedade como legitimadora de certos padrões de comportamento que ocultam a memória, a cultura e a identidade.

A temática da invisibilidade da informação étnico-racial dentro da UFPB também é ressaltada pelas autoras Silva e Aquino (2011), que em parceria, realizaram um estudo intitulado *A (in) visibilidade de negros (as) na produção do conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB*, com o objetivo de analisar a produção do conhecimento sobre a temática étnico-racial em sete programas de pós-graduação da instituição, no intuito de identificar como o (a) negro (a) está representado (a) nesta universidade. Do estudo, foram identificados 745 trabalhos (anais, artigos e dissertações e teses) produzidos. Os resultados confirmaram que a produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial é quase invisível, da seguinte forma:

Os resultados confirmam que os programas de pós-graduação mantêm uma produção de conhecimento sobre a temática étnico-racial com pouca visibilidade, uma vez que são quase inexistentes as informações nas bibliotecas e Currículos Lattes dos(as) pesquisadores(as) inseridos nesses programas (SILVA; AQUINO, 2011, p. 104).

Não obstante estar respaldada nos documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que são as diretrizes elaboradas pelo Governo Federal para orientar a educação; da Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*, a inserção dos conteúdos pertinentes à história da África e do negro ainda não se constitui realidade na rede pública de ensino na Paraíba (CHAGAS, 2011).

Assim, vários são os estudos que apontam para a invisibilidade da informação étnico-racial e, como outros pesquisadores (AQUINO, 2010; SANTANA, 2012; SILVA, 2014), também acreditamos que a disseminação desse tipo de informação é responsabilidade ético-social da Ciência da Informação. É através de sua organização que os pesquisadores podem minimizar os efeitos dessa invisibilidade, que por sua vez contribuirão com o público social e racialmente discriminado.

Dessa forma, julgamos necessário que a informação étnico-racial, na perspectiva da etnia de raízes africanas e, como herança cultural, seja adequadamente tratada e socializada por se constituir um pilar para a compreensão do contexto social no qual estamos inseridos, bem como para sua legitimação como parte integrante da sociedade. A linha de pesquisa *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação* cria, assim, um ambiente ideal para disseminação, democratização e preservação dos conteúdos materiais, históricos e culturais da ancestralidade africana.

2.4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Um aspecto a ser destacado nos dias atuais é o da evolução da representação da informação, que nos conduziu a sofisticadas estruturas e aparatos tecnológicos graças ao surgimento das chamadas tecnologias de informação e comunicação. Estas, ainda, parecem expandir-se em direção a novas formas de compreensão e meios de preservação. Estamos em uma época que muito se fala sobre especialização e fragmentação do saber, o que permite ao pesquisador explorar e experimentar de forma mais detalhada seu objeto de estudo.

Sendo assim, a terminologia pode ser encarada como uma aliada importante no processo de representação e organização do conhecimento. Tálamo e Lenzi (2006) são defensoras da terminologia como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento das gestões da informação e do conhecimento. As autoras justificam essa premissa, ao afirmar que esta propicia o reconhecimento do sistema conceitual onde os termos estão articulados, condição *sine qua non* para a interpretação e produção do conhecimento.

Mediante ao exposto e, levando em conta que “[...] as condições de visibilidade da Ciência dependem de seu vocabulário” (LARA, 2011, p. 92), o glossário se apresenta como um produto artificialmente construído. Seu conjunto de termos tem a pretensão de converter a linguagem técnica e científica em linguagem sistêmica para contextos específicos, que atende, simultaneamente, aos objetivos e às necessidades de seus usuários.

A construção desse tipo de instrumento é de grande relevância para a comunidade acadêmica, tendo em vista que funciona como um catálogo de palavras definidas, explicadas

ou comentadas de um mesmo campo de estudo ou ação. Pode ser uma lista de palavras em desuso, técnicas ou em outra língua, geralmente em ordem alfabética. Assim, sempre que o leitor se deparar com algum termo desconhecido no decorrer da leitura, o glossário é o local ideal para verificar seu significado. Geralmente inserido no fim do texto, este recurso é utilizado para não interromper as ideias centrais do que está sendo lido. Soma-se a isso que

Os estudiosos de qualquer área do conhecimento precisam conhecer a terminologia de sua área para usá-la com propriedade em suas atividades. Por outro lado, ao estabelecerem diálogo com outras áreas, deparam-se com um número de termos que lhe são desconhecidos ou cujo sentido não lhes parece claro. Para resolver essa questão, um dos instrumentos utilizados é o glossário (ALBUQUERQUE et al, 2011, p. 207).

Torna-se evidente, então, que o glossário se configura nesse cenário como importante parceiro dos sistemas de organização do conhecimento, por ser capaz de atender ao propósito de diminuir a interferência na clareza textual acaso gerada nos mais variados campos do saber. Seu conjunto de termos representa o aporte necessário para dar o significado de palavras técnicas ou em outro idioma. Além disso, atua como uma espécie de código de tradução e sua função de especificar/detalhar a terminologia de uma área do conhecimento normaliza as representações documentárias e reduz sua diversidade e ambiguidade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico teve abordagem qualitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993, p. 239) um bom método será sempre o que permite a construção correta dos dados, de forma que ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria e que, portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível.

A configuração do estudo tomou como base a pesquisa documental já que os documentos constituem uma fonte não reativa. As informações que eles contêm permanecem imutáveis após longos períodos de tempo. Podem ser consideradas fontes naturais de informações na medida em que retratam e fornecem dados sobre o contexto histórico, econômico e social onde estão inseridas. Somado a isso, a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas (GODOY, 1995, p. 21-22).

Para a análise dos dados a pesquisa abordou os documentos na perspectiva da semântica discursiva e teve como aliados principais os procedimentos semânticos da figurativização e da tematização, na tentativa de conectar expressão ou significante das palavras ou expressões com o conteúdo ou significado para a indexação dos vocábulos e

expressões linguísticas coletadas.

A semiótica enfocada no presente trabalho é a de Algirdas Julien Greimas (Tula/Rússia, 1917 – Paris, 1992) e teve origem na França. Para Mendes (2011), embasa-se no estruturalismo proposto por Hjelmslev e por Saussure e pressupõe a inter-relação entre significante e significado e a inexistência de um sem o outro. De acordo com Barros (2005, p. 11), “[...] tem por objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”.

Diante disso, abordar um texto ou documento utilizando a semântica discursiva para explicar os seus princípios de significação implica entender como os significados dos objetos, dos comportamentos ou da fala são produzidos, transformados ou reproduzidos. Trata-se de como o interpretante conecta o plano expressão ou significante, seja uma palavra, uma gravura ou um som com o plano de conteúdo ou significado.

4 RESULTADOS OBTIDOS

O *corpus* da pesquisa teve como aliado o ambiente da *web* na busca das fontes informacionais e, utilizou as palavras-chave *história da África e do negro*, com e sem operadores *booleanos*, adotando como critério de seleção até a 10ª página do buscador *Google*, em 14 de julho de 2014, para identificar as obras a serem analisadas em suporte físico. Da mesma forma, no período de 20 a 25 de julho de 2014 foram consultados *sites* de bibliotecas universitárias e de pós-graduações, bibliotecas digitais de teses e dissertações (BDTDs), repositórios institucionais, diretórios de periódicos eletrônicos etc.

Das obras consultadas nos *sites* de bibliotecas universitárias, destacamos a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba e a da Universidade Federal do Maranhão, que nos possibilitou estudar grande maioria das obras em suporte físico.

Considerando a discussão da memória e da tradição como elementos constituintes da identidade de um povo, centralizamos esse estudo na leitura da história da África e do negro. A leitura analisou a informação étnico-racial em relação aos aspectos que englobam a cultura, através de seus costumes, crenças, leis, arte e idiomas como condição necessária do sentimento de pertença ou de "bem-estar" identitário, na intenção de dar visibilidade a esse arcabouço de distintas tradições que embasaram a formação do povo brasileiro.

As obras analisadas evidenciaram a influência da cultura africana no contexto brasileiro e o procedimento de figurativização da semântica discursiva foi o responsável por identificar e extrair as figuras principais dos textos das obras e que refletem a linguagem natural do autor, ocasião em que estas foram encadeadas de acordo com o percurso gerativo

de sentido. Os temas emergiram a partir do procedimento de tematização e foram agrupados em seis grandes grupos: **comunicação, escravidão, libertação, cultura, culinária e religião.**

Os procedimentos de figurativização e tematização da semântica discursiva produziram os sentidos para cada um dos temas e figuras que para os quais foram propostas discursivizações específicas, elaboradas por compreensão, intenção e/ou adaptação e, tomando por base as informações contidas nas obras analisadas e referenciadas na lista de referências, as quais foram apresentadas em forma quadros que, ao conjunto dos quais, denominamos de Glossário de informação étnico-racial.

Este método possibilitou dirimir a subjetividade dos conceitos e ser objetiva, na intenção de capturar a essência do que se procurava definir, de forma afirmativa, sem ser circular e isento de metáforas, de acordo com o recomendado nas orientações de Tálamo (1987).

O glossário não teve a pretensão de cobrir de forma exaustiva a informação étnico-racial de origem africana. Tentou registrar a terminologia fundamental da área, que foi separada e classificada em seis grandes temas. As figuras definidas através da discursivização são vocábulos ou expressões linguísticas, uns de origem africana, outros não, mas que se constituem como representativas da etnia, por ter seu uso frequente no contexto brasileiro, vinculados aos fatos marcantes por ela vividos. Apresenta um arranjo composto de entradas principais e termos equivalentes, organizados em ordem alfabética dentro de cada um dos temas, descritor por descritor. Sua organização exclui remissivas, o que permite que o leitor veja todos os vocábulos ou expressões linguísticas agrupadas e, que tenham o mesmo significado.

Apresentamos como exemplo de discursivização o tema comunicação e algumas figuras que representam esse tema:

De modo geral, a **comunicação** é um tipo de troca de informações que requer um sistema de símbolos, envolvido em componentes complexos para sua formação e organização a que atribuímos o nome de linguagem, que por sua vez permite ao homem transmitir experiências e saberes.

Nas obras analisadas, o tema **comunicação** ficou evidenciado a partir da constatação de que a formação do vocabulário brasileiro da língua portuguesa recebeu importante contribuição de origem africana, representada por dois grandes grupos etnolinguísticos: o primeiro formado pelas línguas bantu e o segundo composto pelas línguas oeste-africanas ou sudanesas.

O tema **comunicação**, figurativizado pelos vocábulos que caracterizam as línguas de origem africana que contribuíram para a formação do vocabulário brasileiro e que compõem o grupo de línguas bantas são:

TEMA COMUNICAÇÃO	
FIGURAS	DISCURSIVIZAÇÃO
Quicongo ou kikongo , também conhecido como cabinda , congo , kongo ou kikoongo	Língua africana falada pelos bacongos nas províncias de Cabinda, do Uíge e do Zaire, no Norte de Angola, no Baixo Congo, na República Democrática do Congo e nas regiões limítrofes da República do Congo (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).
Quimbundo , kimbundu , dongo , kindongo , loanda , mbundu , loande , luanda , lunda , mbundu , n'bundo , nbundu , ndongo ou mbundu do norte	Língua africana da região central de Angola, que inclui a Província de Luanda (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).
Umbundo , umbundu , m'bundo , mbundu do sul , nano , mbali , mbari ou mbundu de Benguela	Língua falada no Sul da Angola, na Zâmbia, na Namíbia e pelos povos ovimbundos (BASTIDE, 1971; CASTRO, 2005; PRANDI, 2000).

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do glossário de informação étnico-racial na perspectiva da etnia de origem africana permitiu a visualização da área com mais clareza, e com um melhor entendimento dos conceitos dessa área. Acreditamos que esse resultado gerado pela presente pesquisa constitui-se como um excelente instrumento de disseminação, democratização e preservação dos conteúdos materiais, históricos e culturais da ancestralidade africana e poderá contribuir para a inserção da cultura afrodescendente no cenário atual, que por sua vez, minimizará a invisibilidade do ciclo informacional próprio da etnia em referência.

Destaca-se a Semântica Discursiva como um método capaz de realizar a tarefa de analisar e representar a informação étnico-racial de matriz africana e se configura como um importante aliado para a Representação da informação ao fortalecer um referencial teórico que se torne consistente e que colabore efetivamente para a área como instrumento norteador dos pesquisadores que desejam compreender seus objetos de estudo de maneira mais detalhada e, por propor uma estrutura de representação que possibilita a recuperação de informação de maneira eficaz, ampliando as discussões e questionamentos acerca do assunto.

Observou-se também que este glossário pode facilitar o diálogo com outras áreas do conhecimento e atender as necessidades de pesquisadores que trabalham com a área e precisam conhecer a sua terminologia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de et al. Glossário da Biblioteca Digital Paulo Freire. In: BRENNAND, Edna Guimarães de Góes; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Paulo Freire: diálogos e redes digitais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Memória da ciência: a (in) visibilidade dos (as) negros (as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba**. Projeto de Pesquisa– Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

_____. **Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no movimento negro da Paraíba**. Projeto de Pesquisa– Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

_____. A responsabilidade ético-social como princípio de inclusão de negros (as) nas universidades públicas. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (Orgs.) **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1061/764>> Acesso em: 21 jan. 2015.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. Tradução de Maria Eloisa Capellato e Olívia Krahembuhl. São Paulo: Pioneira/Editora da USP. 1971. Tradução de: Les religions africaines au Bresil: vers une sociologie des interpenetrations de civilisations. 2 v.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 12 fev. 2015.

CANANÉA, Fernando Antonio Abath Luna Cardoso. Cultura dos invisíveis e educação popular: a expressão cidadã em busca de um processo democrático. **Conceitos**, João Pessoa, v. 1, p. 114-119, 2001. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_cultura_dos_invisiveis_e_educacao_popular> Acesso em: 12 fev. 2015.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,

2007. Tradução de: Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. Tradução de Mémoire e identité.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: SALVADOR (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Pasta de textos da professora e do professor**. Salvador, 2005.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Informação e conhecimento: quando os conteúdos pertinentes a população negra são tratados na sala de aula. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro (Orgs.) **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v.3, n.5, p.42-69, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n5/en_v3n5a03.pdf> Acesso em: 23 fev. 2015.

CRITELLI, Dulce Mára. **Educação e dominação cultural**: tentativa de reflexão antológica. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

FLORES, Elio; CAVALCANTI, Joana D'arc Souza. Democracia partida: sociedade da informação e população negra. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. (Orgs.) **Responsabilidade ético-social das universidades públicas e educação da população negra**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

GODOY, Arilda Achmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy> Acesso em: 12 nov. 2014.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005, p. 39-62. (Coleção Educação para todos). Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D16354%26Itemid%3D&ei=MioZVfDON8eigwS-7oGQAw&usq=AfQjCNHjWWxdnIB6oHz1DZrS9TPZHLu9DQ>. Acesso em: 08 jan. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Adriana Buarque de; SILVA, Fábio Mascarenhas e. Memória e esquecimento para além dos suportes materiais de registro da informação: a cibercultura no ciberespaço. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, p. 1-13, out. 2012. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out12/Art_01.htm>. Acesso em: 12 jan. 2015.

LARA, Marilda Lopes Ginez. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Tema. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92–121, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10391/9285>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311–328, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/416/298>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto "A Cor da Cultura"**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/46/04-reginaldo.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

RODRIGUES, Donizetti. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **UBImuseum– Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**, Covilhã, Portugal, v. 1, n. 1, p. 45-52, maio 2012. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SANTANA, Vanessa Alves. **Memória esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da UFPB**. João Pessoa: UFPB, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de Direitos Humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=pt>. Acesso em: 21 jan. 2015.

SILVA, Alba Ligia de Almeida; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A (in)visibilidade de

negros(as) na produção de conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB.

Informação & Sociedade: Estudos, v. 21, n. 1, p. 91-108, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9645/5601>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. João Pessoa, 2014 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

TÁLAMO, Maria de Fátima G.M.; LENZI, Livia Aparecida Ferreira. Terminologia e documentação: a relação solidária das organizações do conhecimento e da informação no domínio da inovação tecnológica. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 1-13, ago. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago06/Art_03.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. A definição semântica para a elaboração de glossários. In: SMIT, Johanna W. (Org.) **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%C3%A1lise%20document%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 31. Sessão, 2 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/declaracao-universal-sobre-a-diversidade-cultural-e-plano-de-acao.html>>. Acesso em: 03 mar. 2015.